

INDICADORES DE QUALIDADE NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL



QUALITY INDICATORS IN THE EARLY CHILDHOOD EDUCATION EVALUATION PROCESS

THAIS MARTINS DE OLIVEIRA

Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Nove de Julho (2016);
Pós-graduada em Alfabetização e Letramento pela Universidade Nove de Julho (2016);
Professora de Educação Infantil no CEI Vereador Francisco Marcondes de Oliveira, na
Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

O objetivo deste artigo é entender o que são os indicadores de qualidade na educação Infantil (IOEI) e repensar as práticas pedagógicas a partir das devolutivas dos pais e comunidade. As crianças da sociedade moderna exige um modelo educativo em que o protagonismo infantil seja considerado nas mais diversas atividades propostas. No cotidiano da educação infantil encontramos muitos desafios e dificuldades a serem superadas e encontramos nos Indicadores de qualidade (IOEI) um instrumento que indica possíveis falhas e dificuldades que, em equipe, podem ser superadas. No entanto, ressaltamos que o documento é apenas um caminho, não é a solução e muito menos uma receita pronta e acabada, faz-se necessário o estudo diário dos fazeres pedagógicos.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores de Qualidade; Avaliação; Usuários.

ABSTRACT

The aim of this article is to understand what quality indicators in early childhood education (EYEI) are and to rethink teaching practices based on feedback from parents and the community. The children of modern society demand an educational model in which child protagonism is taken into account in

the most diverse activities proposed. In the day-to-day running of early childhood education, there are many challenges and difficulties to be overcome and we have found in the Quality Indicators (IOEI) an instrument that indicates possible shortcomings and difficulties that, as a team, can be overcome. However, we must emphasize that the document is just one way forward, it is not the solution, much less a ready-made recipe; it is necessary to study pedagogical practices on a daily basis.

KEYWORDS: Quality Indicators; Evaluation; Users.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo discorrer sobre o processo de avaliação da qualidade do atendimento realizado na educação infantil, sob um olhar do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (IQEI), na medida em que é apresentado um panorama geral acerca dos avanços da área em prol da atual compreensão da criança enquanto sujeito de direitos em meio à sociedade pós-moderna.

A Educação Infantil nem sempre teve a mesma proposta que nos é apresentada hoje. Segundo Ariès (1981) que foi um dos pioneiros nas discussões sobre infância e ocupou um importante lugar na historiografia da infância, trazendo em suas grandes obras a discussão sobre a compreensão da infância em meio às vivências que perpassavam as relações entre crianças e adultos, pais e filhos e sociedade e geral, o sentimento de infância não existia na Idade Média, vindo a nascer apenas com a Modernidade, na medida em que até então, a criança era o adulto em miniatura, não era visto como sujeito ativo e de direitos; o lócus destinado à criança era o universo feminino, adultos e crianças compartilhavam os mesmos lugares e momentos, fossem eles domésticos ou com participação na guerra e, principalmente no mundo do trabalho. Na sociedade medieval não existia divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos, não havia uma representação elaborada da infância.

Sarmiento (2007) afirmar que “a ideia de infância tem início na modernidade e de que o processo de construção histórica da infância nesse contexto abarca uma série de acontecimentos, de representações sobre as crianças” e do estabelecimento de instâncias sociais destinadas ao cuidado da criança, especificamente, através da institucionalização da escola pública e o centramento na família como núcleo de relações afetivas, além da prestação de cuidados e proteção a esse ser. Com efeito, a partir das ideias de amparo e proteção é que surge a infância. As crianças eram vistas apenas pelo viés biológico, pela necessidade de grandes cuidados. Esses são os aspectos fundamentais para a construção da infância na modernidade.

A configuração de crianças como sujeitos de direito é considerada “nova”, pois, foi apenas na década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que as crianças com faixa etária de zero a seis anos de idade ganharam visibilidade.

A CRIANÇA ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS

Segundo Campos (2009) os movimentos sociais foram referência na luta em prol da elaboração de políticas públicas que tivessem como foco a educação de crianças de zero a seis anos no Brasil, na medida em que fizeram parte de importantes marcos históricos ao longo de uma trajetória de conquistas, mais especificamente os grupos de feministas foram fulcral nesse processo. Tais grupos defendiam e lutavam em busca da expansão do atendimento em mercê das diversas transformações que decorriam dos diferentes setores da sociedade, transformações como a saída das mulheres para o mercado do trabalho e a própria diminuição no que diz respeito ao tamanho das famílias.

Tais aspectos levavam a uma maior visibilidade da necessidade de políticas públicas que atendessem as crianças de zero a seis anos, e as considerassem enquanto sujeito de direitos e coparticipe da sociedade como um todo. O que resultou, conseqüentemente, na necessidade de profissionais qualificados para atenderem esse público nas diferentes instâncias.

Desse modo, do ponto de vista legal, a Educação Infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica no Brasil, sob a responsabilidade dos municípios pela oferta desse nível educacional, e com a demanda, do ponto de vista institucional, de transformações estruturais, diretamente ligadas à gestão educacional (SIMÕES, 2015, p.18).

Para Kramer (1995), as mudanças ocorridas foram significativas para as transformações na realidade educacional do país. Porém, o maior dos problemas, mesmo em meio ao crescimento do atendimento e consideração da educação infantil como primeira etapa da educação básica era o fato de que a maioria das instituições tinham um caráter assistencialista, nas quais eram dados apenas cuidados básicos às crianças, como alimentação, sono e higiene.

Para Rosemberg (2010), nos últimos anos a educação infantil vem inovando com uma série de transformações e desafios em meio a paradigmas, concepções e crenças. De modo que consideramos necessária a compreensão de que a criança precisa ser vista sob um novo olhar que considere e dê visibilidade às suas especificidades, na medida em que apresentam diferentes aspectos singulares que necessitam ser constantemente repensados e reformulados de acordo com os contextos em que se encontram inseridos.

OS INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil são uma metodologia de autoavaliação escolar que estimula a gestão democrática, envolvendo diferentes autores da escola: crianças, professores(as), gestores(as), funcionários(as), familiares, representantes de organizações locais, entre outros. É um instrumento que possibilita o diálogo entre a escola e os órgãos do sistema educacional.

A metodologia de autoavaliação escolar é composta por sete dimensões:

Planejamento institucional;

Multiplicidade de experiências e linguagens;

Interações;

Promoção da saúde;

Espaços, materiais e mobiliários;

Formação e condições de trabalho dos (as) professores (as) e demais profissionais;

Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

A utilização do documento no interior da escola viabiliza:

O conhecimento do que está indo bem e do que está indo mal nas instituições. Por isso, o documento propõe um quadro síntese que deve ser preenchido com o resultado de todas as dimensões e seus respectivos indicadores. Esse quadro deve ficar exposto em um lugar que todos possam ver e acompanhar as conquistas que se efetuam (LIMA, J; LIMA, A, 2015, p.150).

Cada indicador presente nas sete dimensões do documento deve ser preenchido com cores que caracterizam o nível da qualidade de cada indicador que compõe as dimensões.

Para cada cor atribuída, ao final do processo os resultados serão organizados de modo a diagnosticar a situação da qualidade da instituição de educação infantil, ao ponto que se analisa a cor preponderante nesse momento de avaliação por meio da participação dos diversos sujeitos presentes na instituição. Desse modo, “as cores atribuídas às perguntas ajudarão o grupo a ponderar e decidir qual das três cores reflete com mais precisão a situação da instituição de educação infantil em relação a cada indicador” (BRASIL, 2009, p.22).

Os resultados obtidos encaminharão a instituição para a elaboração de um plano de ação que venha a sanar as dificuldades e limitações encontradas pelos avaliadores, auxiliando na melhoria do trabalho realizado pela instituição de educação infantil. O plano de ação deve conter elementos específicos necessários à melhoria da qualidade da instituição.

Além da elaboração do plano de ação da instituição, os prazos são de grande relevância nesse processo, na medida em que devem ser estabelecidos a curto, médio e longo prazo, com a necessidade de que os responsáveis mostrem-se atentos em cada uma das etapas desse processo de avaliação e implementação de um plano de ação condizente com as fragilidades da instituição.

A gestão escolar detém de lugar de destaque nesse processo, na medida em que deve agir de forma democrática e participativa, oportunizando espaço para o diálogo e consenso entre os diferentes sujeitos envolvidos.

“[...] uma vez que a proposta do documento é que todos se responsabilizem pela mudança, numa ação conjunta para se criar estratégias e executá-las” (LIMA, J; LIMA, A, 2005, p.150).

Desse modo, a utilização do documento pelas instituições de educação infantil ainda encontra-se apresentado de forma voluntária, ao ponto que a existência de uma obrigatoriedade poderia desmotivar os sujeitos envolvidos, ou mesmo deturpar o entendimento acerca da real finalidade da adesão aos indicadores como forma de autoavaliação da qualidade das instituições. Contudo, o Ministério da Educação propõe que os Conselhos Municipais de Educação e as Secretarias de Educação, venham a estimular tal uso como forma de evidenciar a relevância dos resultados do uso dos indicadores para o conhecimento da qualidade do trabalho realizado na instituição de educação infantil.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pensar numa discussão sobre Avaliação Institucional requer que possamos refletir acerca da avaliação enquanto uma prática que é realizada nos diferentes níveis e espaços que competem ao âmbito do trabalho educativo e da própria vida. Uma prática que deve acompanhar a qualidade que perpassa os serviços oferecidos pelas diferentes instâncias, de modo que seja almejada de modo contínuo, a melhoria das ações que são consolidadas em prol de um determinado fim.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), são estabelecidos critérios para a avaliação na educação infantil.

Os incisos I e V do artigo 31 da LDB abordam especificamente a avaliação na educação infantil, destacando o seu caráter não classificatório e a importância da documentação avaliativa.

No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), a avaliação é considerada um importante instrumento para o professor acompanhar o desenvolvimento das crianças e orientar o planejamento das atividades pedagógicas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009), documento mandatário para a elaboração das propostas pedagógicas de creches e pré-escolas, estabelecem que as instituições de educação infantil devam criar procedimentos para acompanhar e registrar o desenvolvimento das crianças, sem o propósito de classificar, promover ou selecionar, ou reter as crianças, devendo ser utilizados múltiplos recursos avaliativos como observação, registros, relatórios e outros.

Também, conforme a Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil (2017), a avaliação é considerada um processo formativo, no qual a observação do professor é essencial para acompanhar o desenvolvimento da criança devendo ser empregados diversos instrumentais, como fotografias, registros, filmagens e registros das crianças.

Além das perspectivas legais, temos perspectivas pedagógicas que fundamentam a visão da avaliação na educação infantil. Dentre elas, a visão da criança como sujeito ativo e protagonista de todo o processo educativo, inclusive da avaliação.

A avaliação como acompanhamento do processo de desenvolvimento da criança deve ocorrer durante todo o tempo da criança nas instituições de educação infantil, do início ao final do ano letivo, em todas as situações de aprendizagem, sejam elas referentes às ações de cuidados, durante as brincadeiras e durante a realização das atividades pedagógicas.

Jussara Hoffmann (2014), em seus estudos sobre a avaliação na educação infantil, afirma a presença de instrumentais avaliativos focados em modelos classificatórios com a utilização de instrumentais apenas para prestarem contas aos pais sobre o trabalho institucional, sem que haja por parte do professor uma ação reflexiva sobre os objetivos da avaliação.

Segundo Hoffmann (2014), é fundamental garantir na educação infantil uma avaliação mediadora, sendo a prática docente fundamental nesse processo, pois o professor deverá ter uma postura investigativa para acompanhar e registrar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

Um dos pressupostos básicos da avaliação na educação infantil é torná-la investigativa e não sentenciosa, mediadora e não constatativa, porque é a dimensão adulto/criança que justifica a avaliação em educação infantil e não a certeza, os julgamentos, as afirmações inquestionáveis sobre o que ela é ou não capaz de fazer. (HOFFMANN, 2014, p.15).

Esse processo de autoavaliação é algo delicado, e que vem sendo pouco trabalhado e visibilizado pelos profissionais do âmbito educativo, de modo que, na verdade, a discussão da necessidade dessa prática deve vir definida já no regimento da instituição, ou no próprio Projeto Político Pedagógico que norteia os passos da escola ao longo do ano letivo. É necessário que compreendamos como o explicitado por Saul (1988) quando diz que “a avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão do real”.

A avaliação diagnóstica de cada instituição é crucial ao permitir determinar com precisão os problemas urgentes, os recursos disponíveis e os fatores que serão determinantes no contexto. É também um referencial para avaliações posteriores, a partir das ações que serão tomadas.

A partir dos resultados da avaliação, os envolvidos com a busca na qualidade educacional terão uma fotografia dos pontos fortes e fracos da instituição.

Porém, quando voltamos essa discussão em torno da elaboração de propostas para avaliação da educação infantil, especificamente, percebemos que ainda é algo que tem sido enfrentado de forma polêmica nas diferentes instâncias, ao ponto que isso reflete diretamente na presença ou ausência da garantia dos direitos das crianças, de terem uma educação de qualidade e condizente com a concepção que se tem de criança e infância na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta metodológica do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil apresenta-se enquanto instrumento relevante e necessário às instituições de ensino de educação infantil, pois, subsidia de forma eficaz a produção de mudanças a serem consolidadas mediante os principais problemas encontrados pelos sujeitos envolvidos, no que diz respeito à qualidade da instituição.

O documento possibilita o apontamento de falhas e principais dificuldades encontradas no enfrentamento de diferentes questões do cotidiano da instituição. Contudo, vemos a necessidade de uma análise adequada do documento em meio ao processo de autoavaliação na educação infantil, na medida em que os sujeitos envolvidos possam compreender que o documento não será a solução de todos os problemas da instituição, mas poderá ser o primeiro passo para consolidação dessa realidade.

De acordo com o que é visibilizado pelo documento, definir qualidade requer que levemos em conta uma série de elementos que se destacam em meio a tal processo de avaliação institucional, ao ponto que é esta diversidade de elementos que constituem a construção de propostas condizentes com a necessidade da instituição, bem como com a consolidação de espaços educacionais de qualidade e que venham a garantir os principais direitos das crianças.

Por fim, ainda no que compete a autoavaliação das instituições de ensino de educação infantil e dos sujeitos que dela participam, uma questão mostra-se necessária a ser compreendida mediante esse processo. As crianças como sujeitos de direitos deveriam, em grande parte do documento serem ouvidas e poderem expressarem seus contentamentos, descontentamentos e desejos, afinal a escola é para eles e toda ação é desenvolvida pensando neles.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. **A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CAMPOS, M. M. **A educação infantil frente a seus desafios**. Fundação Carlos Chagas: difusão de ideias, São Paulo, 2009.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LIMA, J. B.; LIMA, A. F. de. **Indicadores de qualidade na educação infantil: sua utilização como forma de autoavaliação e planejamento.** In: SIMÕES, P. M.; LIMA, J. B. (Orgs.) **Concepções e práticas na educação infantil.** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2015.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia.** Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

ROSEMBERG, F. **Educação Infantil pós-Fundeb: avanços e tensões.** In: SOUZA, Gizele de (org.). **Educar na Infância: Perspectivas histórico sociais.** São Paulo: Contexto, 2010.

SARMENTO, M. J. **Visibilidade social e estudo da infância.** In: VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. (Org.). **Infância (in)visível.** São Paulo: Junqueira e Marin, 2007.

SIMÕES, P. M. U. **A educação infantil como política pública e os seus desafios atuais.** In: SIMÕES, P. M.; LIMA, J. B. (Orgs.) **Concepções e práticas na educação infantil.** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2015.